

MAIS IDADE E MENOS CIDADANIA

Ester Vaz

*Docente da Escola Superior de Educação (ESE) do IPP
e do Instituto Superior de Serviço Social do Porto.*

RESUMO

O artigo reporta os resultados de um estudo sobre a integração social das pessoas idosas com autonomia funcional, na perspectiva do seu bem-estar em contextos rural e urbano. Principais eixos de análise: a relação que se estabelece entre os equipamentos sociais destinados às pessoas idosas e o nível de satisfação pessoal que lhes é proporcionado; as condições de protagonismo pessoal nas relações de afectividade, convivência e autonomia no ambiente familiar e social das pessoas idosas. Os resultados obtidos sugerem a existência de redes de sociabilidade e solidariedade familiar e de vizinhança, sentida como mais abrangente no espaço rural. Por outro lado, as normas rígidas de funcionamento e distanciação dos grupos familiares dos idosos impostas pelos equipamentos sociais nada contribuem para a realização pessoal dos idosos. Além disso, o apoio assíduo prestado pelos idosos à família e especialmente aos netos torna-se, para eles próprios, numa inestimável via de integração social, não facilmente reconhecida mas de enorme valia social.

ABSTRACT

The article reports the results of a study about the social integration of elderly people with functional autonomy, towards their wellbeing in urban and rural environments. Main analysis factors: the relationship established between the social equipments for elderly people and the personal satisfaction level that is felt; the personal protagonism conditions on the elderly people's affectivity, acquaintanceship and autonomy relationships in the family and social environments.

The results obtained suggest the existence of sociability and solidarity, both in the family and the neighbourhood levels, felt more strongly in rural environments. Moreover, the strict rules involving the functioning and the distancing of the family groups of elderly people, imposed by social equipment work negatively on the elderly people's personal fulfilment. Furthermore, the constant support given by the elderly people to their family and especially to their grandchildren becomes, to themselves, an important way of social integration, not easily recognised but with great social value.

Palavras-chave:

idosos, geriatria, políticas sociais, cidadania, lares de idosos, reformados, velhos.

INTRODUÇÃO

A velhice constitui um dos principais temas da sociedade portuguesa de interesse recente no domínio das políticas sociais. Desde os anos 40, nos EUA, e anos 60, na Europa mais desenvolvida, registam-se preocupações no campo político e social com a criação e melhoria de serviços dirigidos à Terceira Idade.

Durante cerca de duas décadas os aspectos psicológicos e médicos da velhice estiveram no centro das atenções dos especialistas na Europa desenvolvida. A dimensão social da velhice passou a merecer maior realce na década 70 por exigência do crescente peso demográfico deste grupo etário (maior esperança de vida à nascença e a partir dos 65 anos) e da substituição de operários das indústrias por quadros qualificados.

A acção protectora dos sistemas de Segurança Social serviu como pilar da expansão do Estado de Bem-Estar através da atribuição de pensões de reforma, definindo como critério básico a idade e, mais tarde, através da criação de serviços destinados a responder às necessidades das pessoas idosas cujas privações não dependiam necessariamente do seu fraco poder de compra.

Em Portugal, foi a partir de 1974 que as políticas sociais dirigidas à Terceira Idade ganharam maior incremento. Integram-se no sistema de protecção social global que teve como referente o modelo europeu. As medidas de política neste sector contemplaram todas as pessoas do meio rural e urbano em idade limite de reforma (62 anos para as mulheres e 65 para os homens), ou consideradas incapacitadas para o trabalho. Na segunda fase de aplicação do modelo (década de 80), evidenciava-se já a crise do sistema de financiamento da Segurança Social (porque se apoiava num regime distributivo em que as contribuições dos activos garantiam as prestações sociais dos inactivos). Esta situação «ditou o abrandamento ou mesmo a relativa estagnação das despesas sociais do Estado e a consequente deterioração dos bens e serviços de consumo social produzidos ou subsidiados pelo Estado, uma deterioração lenta que, no entanto, a manter-se, será tanto mais grave quanto mais baixo for o nível de gastos públicos de que se partiu» (Santos, 1992: 226).

Neste contexto, para não perder a sua capacidade reguladora, o Estado criou espaços de actividade social privada e fortaleceu-a para a produção de bens e serviços, constituindo-se aquilo que Boaventura de Sousa Santos designou por «Sociedade Civil Secundária». No caso do grupo etário em questão, isso traduziu-se na implementação de estruturas de apoio à Terceira Idade (Lares de Idosos, Centros de Dia, Centros de Convívio e Apoio Domiciliário) a cargo de Instituições Privadas de Solidariedade Social (Decreto-Lei nº 519 G2/79, de 29 de Dezembro). Esse diploma assegurava que estas instituições tinham como objectivo «facultar serviços ou prestações de segurança social» e também o propósito de «dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos» (artigo 1º do referido Decreto-Lei).

A Sociedade-Providência organizada, inicialmente, em actividades do sector de Segurança Social é reforçada pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro que alarga a concepção legal de IPSS «nos domínios da saúde, da educação, da habitação e outros em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio». Este diploma estabelece que as instituições anteriores a 1979, qualificadas como «Pessoas Colectivas de Utilidade Pública Administrativa», passam a Instituições Particulares de Solidariedade Social com a obrigatoriedade de reformularem os respectivos estatutos sujeitos a aprovação pelos Centros Regionais de Segurança Social. Para o problema que aqui nos interessa, nos lares acolhem-se pessoas idosas que aceitem contribuir com 85%

da sua pensão de reforma, para idosos dependentes, ou 70% para idosos não dependentes (despacho do MESS de 31 de Agosto de 1993), cabendo ao Estado cobrir os restantes custos da pessoa internada mediante acordos de cooperação.

Na década de 80 surgiram Lares de Idosos em quase todas as sedes de concelho onde ainda não existiam. O número de Lares de Idosos em Portugal tutelados por IPSS era, em 1981, de 322, passando a 543, em 1993. Os centros de convívio, centros de dia e apoio domiciliário, nas mesmas datas (1981-1993) passaram de 60 para 162, de 35 para 858 e de 28 para 710, respectivamente. Na década de 90 surgiram experiências-piloto de residências como alternativa aos Lares de grandes capacidades. Em 1993 implementaram-se 10 unidades abrangendo 273 utentes (MESS/DGAS, 1994).

Relativamente à apreciação da eficiência destes serviços, encontramos expressões por vezes divergentes de prelectores com audiência no campo político-social. Enquanto uns referem que os lares dotados de conforto e grandes capacidades não apresentam na actualidade um custo/eficácia equilibrado, considerando-os destinados ao encerramento a médio prazo ou a uma reconversão para outras valências, outros defendem que os lares e centros de dia são indispensáveis às pessoas idosas, sublinhando a existência de um excesso de procura sobre a oferta patenteada em «listas de espera».

Descobre-se, porém, uma dimensão não explicitada nas abordagens feitas por responsáveis do sector que se prende com as práticas sociais portuguesas com tradições rurais de minifúndio e de solidariedades ainda muito presentes nos grupos familiares e em pequenas comunidades. Este cenário pode conter uma contradição em face da atitude tendencial para internar as pessoas idosas. Propusemo-nos, por isso, desenvolver uma pesquisa cujas conclusões pudessem contribuir para a compreensão das tendências das políticas praticadas neste sector. Focalizámos a nossa atenção nas interacções que os idosos estabelecem no seu quotidiano com as medidas de política social que a eles se dirigem, relacionando-as com o nível de satisfação pessoal que daí decorre. Para o efeito considerámos uma amostra reduzida, constituída por dois subgrupos, um do espaço rural e outro do espaço urbano, que embora não legitime generalizações para esses mesmos contextos, facilita-nos, todavia, a compreensão das diferenças existentes nos quotidianos dos dois subgrupos.

A IMAGEM SOCIAL DA VELHICE

A concepção corrente identifica a velhice com a imagem de «muita idade» e de inactividade. Todavia, há casos que contradizem esta imagem construída. Nem sempre a «muita idade» corresponde realmente a inactividade, pois há indivíduos muito idosos que continuam a exercer um trabalho firme. Surge então o argumento de que «a excepção confirma a regra» para tentar justificar esses casos excepcionais, que vão prevalecendo com gerais benefícios. Ignorando-os, as nossas sociedades de consumo insistem frequentemente em declarar os velhos «inúteis», reconhecendo sem mais os indivíduos produtivos como úteis e os não produtivos como inúteis. Aparentemente, é como se a experiência de cada indivíduo na resolução dos problemas e no impacto afectivo atribuído às soluções de sucesso/insucesso (Almeida, 1992) deixasse de se realizar apenas pelo facto de chegar à Terceira Idade. A construção de um saber reflectido e acumulado ao longo da vida, pelo confronto do sujeito com o seu meio, tem em si o desenvolvimento de uma das características psicológicas que é a inteligência (Almeida, 1992). Ela contribui para os processos de desenvolvimento e inovação da respectiva sociedade na medida em que o indivíduo é um sujeito de acção.

Quando Cilene Canôas (1983) nos propõe a urgência de uma desmitificação do conceito de velhice, coloca-se na linha de pensamento em que o sentido de ruptura ou de separação rígida entre a vida adulta e a velhice aparece impregnada de «ideias feitas», «de preconceitos» que se relacionam com «ecos de opressão, de agressão, de menosprezo, de desesperança e de fim» (Canôas, 1983: 71).

É certo que a capacidade reprodutora das células do organismo humano vai diminuindo a partir dos 20 anos de idade por falta de nutrientes e, por consequência, vão aumentando as células disfuncionais. Também não há dúvida de que o processo do envelhecimento, avaliado com base nestes pressupostos, faria prever uma esperança de vida humana que iria até aos 110 anos de idade (Navarro-Montes, 1994).

Ora as manifestações de envelhecimento surgem em combinações variadas e em idades diferentes, de acordo com a composição do quadro genético de cada indivíduo. Se o envelhecimento é a contrapartida do desenvolvimento, a senescência é também um resultado do meio físico, social e familiar em que o organismo se desenvolveu e envelheceu. Considerando as variáveis «idade», «sexo» e «classe social» na análise deste processo, deparamo-nos com diferenciações que conferem ao envelhecimento uma marca individual, marca esta, mais evidente, se fizermos o cruzamento com o quadro genético do indivíduo. Ressalta daqui uma manipulação de grupos sociais diferenciados e o confronto entre gerações, consolidando-se um sistema de atitudes perante a velhice assumidamente como «naturais» no campo das representações sociais. De facto, tal como refere Jorge Vala, «os indivíduos sistematizam os objectos através de uma estrutura semântica hierarquizada em categorias (...) organizadas entre si e é a rede de relações que estabelecem os atributos que a caracterizam e distinguem que permitem a atribuição de sentido aos objectos sociais e que as tornam instrumentais, constituindo-as como um sistema de avaliação e explicação da realidade social» (Vala, 1986: 16).

A este propósito, Lenoir (1989) dá-nos conta dos resultados de um inquérito apresentados em França, em 1962, pelo Alto Comité Consultivo da População e da Família, que apontam para um envelhecimento mais precoce nos membros das classes baixas. O inquérito foi aplicado a chefes e directores de grandes e médias empresas privadas, que manifestaram a sua atitude perante a idade de envelhecimento das diferentes categorias sociais. Assim, os serventes são considerados produtivos a 100%, em média, até aos 51,4 anos; os operários qualificados até aos 53,5 anos; os que têm cargos de direcção até aos 55,9 anos; os quadros técnicos até aos 57,9 anos e não se indica qualquer idade para os chefes de empresa.

Convenciona-se, portanto, que a designação de «velho» é marcada por uma relação causal entre as variáveis «idade» e «produtividade» que imperam dentro de cada profissão, variáveis por sua vez condicionadas pela categoria social do sujeito dentro do quadro hierárquico das forças produtivas.

O equacionamento da força de trabalho enquanto factor de produção explica a razão por que a emergência da «velhice» como problema social se colocou, em primeiro lugar, na classe operária. Ou seja, o sistema social, sobretudo a partir de meados do século XIX, com os seus mecanismos impositivos de desqualificação do trabalho manual tradicional, alterou radicalmente o modo de produção e a organização social então vigente, com as cadeias de produção em série e os ritmos tayloristas da divisão social do trabalho. É pressuposto neste novo modelo que o valor do salário cubra apenas a força investida no trabalho, desatendendo as necessidades do trabalhador em relação aos encargos assumidos, que vão desde sustento da família até à habitação e à saúde. É também pressuposto neste modelo a divisão social do trabalho que se estrutura na distribuição das tarefas

entre os grupos sociais repartidos por categorias de percepção e de avaliação específicas de cada grupo social. A divisão do trabalho social é uma luta entre os grupos sociais para impor os princípios de uma dada visão do mundo social, de forma a manter ou a transformar a posição de cada um no espaço social (Bourdieu, 1984).

O contexto do modo de produção capitalista tornou mais visível a manipulação da «idade da velhice», revelada pela defesa dos interesses de classe dominante, que se apressou a «negociar» com o Estado a regulação da classificação de classes sociais e de grupos etários em função do critério da «produtividade». Formaram-se especialistas nesta matéria que, através de discursos e apelações bem elaboradas, reformularam os valores sociais e respectivos direitos e deveres familiares tradicionais, criando, por contraposição, novas necessidades, que implicaram o recurso a serviços especializados e estruturas de apoio à velhice. O conjunto destes procedimentos induziu a uma ordenação social que os aparelhos ideológicos de Estado impuseram aos cidadãos por uma interiorização de valores construídos a partir de um «olhar exterior».

De facto, o «olhar exterior» ajuda a reparar comportamentos e atitudes disfuncionais da pessoa que rejeita ou não se dispõe a assumir formas de estar atribuídas à velhice. Em síntese, pode dizer-se que a imagem social da velhice se estriba sensivelmente numa base material independente do processo orgânico que é comum a todas as pessoas, em todas as sociedades. Neste sentido, Saül Karsz define velhice como «representação ideológica sob a qual as pessoas cronologicamente idosas são reconhecidas enquanto ilustrações animadas da velhice e por outro lado desconhecidas enquanto sujeitos de desejos inscritos em classes sociais determinadas» (Karsz, 1988: 45).

POLÍTICAS DE VELHICE: SUAS FORMATAÇÕES

O amadurecimento dos processos de industrialização e o protagonismo dos assalariados enquanto força social e política desmentiram o pressuposto do capitalismo neoliberal, pelo qual o desenvolvimento do mercado actuaria positivamente na resolução das desigualdades. Deste modo, abriu-se uma área de intervenção estatal no domínio das políticas sociais com a incumbência de criar mecanismos que assegurassem a reprodução da força de trabalho indispensável ao desenvolvimento do capital.

A implementação do seguro social obrigatório foi uma das medidas dirigidas apenas aos trabalhadores e financiada por eles. Este seguro obrigava-se a protegê-los em situações de doença, acidentes de trabalho, invalidez e velhice. Esta frágil resposta social foi encarada pela organização das grandes empresas como um instrumento racional para afastar os trabalhadores com mais idade e menos produtivos, e simultaneamente recrutar elementos de gerações mais novas e mais eficazes no desempenho de tarefas mecânicas relativas à organização científica do trabalho. O mecanismo da reforma dos trabalhadores constituía-se, para as empresas, num meio de controlo do respectivo quadro de assalariados (Guillemard, 1988).

O Estado-Providência emergia com base na necessidade de novas estratégias de regulação tendentes à convergência de interesses conflituais entre o grande patronato e certas fracções da classe operária. Grande número dos países europeus adoptaram este modelo no pós-guerra porque reunia o consenso entre forças políticas heterogéneas. Keynes considerou mesmo que este modelo funcionou mais como estabilizador político-social do que terá sido propriamente um peso para a economia.

Neste processo, o Estado ganhou legitimidade para desempenhar um papel mais activo no campo económico e social. Reforçou-se assim a importância das políticas sociais, que tomavam expressão perante uma maior capacidade negocial dos trabalhadores graças a sucessivas conquistas, no tempo, em vários domínios: do direito à associação e ao voto, das relações de trabalho, segurança social, saúde, educação e habitação. Neste enquadramento, o Estado de Bem-Estar corporizou-se num conjunto de instituições públicas que procederam a uma redistribuição de benefícios através de prestações directas ou indirectas de bens e serviços às quais o cidadão passou a ter legítimo direito.

Ao contrário do seguro social obrigatório, estas políticas redistributivas eram financiadas pelo Estado com o tributo do capital e dos salários. Era suposto terem como efeito o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição do custo da reprodução da força de trabalho que se faz pela via do consumo social (Santos, 1992). Nesta óptica, as políticas de reforma são encaradas como amortecedores de conflitos sociais porque, através do consumo social, as classes mais desfavorecidas aumentam o seu nível de vida e, conseqüentemente, abdicam de algumas reivindicações políticas.

Eis a matriz que regula o espaço das negociações em política. O grupo que actua na arena das negociações é composto por sindicatos e associações patronais, por um lado, e representantes do Estado, pelo outro, assumindo todos o papel de actores políticos. O Estado delega funções e competências de negociação em instituições cujos órgãos dirigentes são nomeados pelo próprio Estado. Estes grupos intermédios são designados por Anne-Marie Guillemard (1988) como «notables» porque têm capacidade para liderar em processos de negociação com o Estado. São interlocutores válidos como representantes de grupos de interesses, independentemente da sua pertença de classe.

O sistema de protecção social passou a ser legislado como universal e a redistribuição de benefícios apresentou-se na forma de prestação de serviços burocráticos despersonalizados. As condições de acesso a estes serviços foram determinadas por quem os dirigia, com rigidez de sanções aplicáveis aos infractores. Mas a política de implementação de serviços de «apoio domiciliário», «ajudantes familiares», «famílias de acolhimento para idosos», «serviço de refeições», «centros de dia» e «centros de convívio» remete-nos para novas concepções de política que ultrapassam aquela outra, centrada em transferências monetárias na forma de pensões de idade e de reforma.

O Estado procura redefinir o seu papel de gestor nas relações entre velhice e sociedade civil. Ao promover uma política de inserção social da velhice através da prestação de serviços, o Estado reconhece um maior estatuto de cidadania ao grupo de idosos enquanto «cidadãos de terceira idade», com os direitos que daí lhes advêm. Nesta reformulação dos princípios gerais de gestão da velhice, o Estado realiza, de forma natural, a sua capacidade representativa e o seu crédito de legitimidade, continuando a designar os novos grupos mediadores entre o Estado e a sociedade civil. As autarquias locais e as instituições particulares e públicas que perseguem fins de acção social constituem o canal para o encadeamento de uma nova política de «modo de vida» que servirá de ancoradouro social para a acção pública. Profissionais do sector médico e trabalhadores sociais são contratados para efectivarem políticas de carácter preventivo e não curativo. O alcance preventivo deste compromisso tem um duplo significado. Por um lado, dirige-se ao conjunto de um grupo etário, e não apenas ao sector dos mais desfavorecidos que se encontrem dentro desse grupo. Por outro lado, abre um novo campo de actuação aos trabalhadores sociais e de saúde, oferecendo-lhes a possibilidade de revalorizarem e desenvolverem as suas profissões até aí de índole assistencialista e num espaço restrito (Guillemard, 1988: 127-129).

SER VELHO EM PORTUGAL

Os actuais idosos portugueses fizeram parte da população activa nacional nos últimos 40 anos. Neste período, as condições políticas, económicas e sociais do país reflectiram-se em diferentes condições de existência que ficaram corporizadas nos percursos vividos pela população. As trajetórias que envolveram estes idosos portugueses decorreram no quadro ideológico do regime político instaurado em 1926, o designado Estado Novo.

De 1926 a 1945, cerca de 80% da população portuguesa vivia da agricultura, muito distribuída por pequenas comunidades rurais e em condições precárias, ao serviço de uma economia nacional estagnada e nordeada pelo sistema corporativista, para o qual o próprio ensino constituía um instrumento ideológico e de controlo que o sistema utilizava para legitimar a autoridade estatal. Filomena Mónica diz: «A visão salazarista da sociedade como uma estrutura hierárquica imutável conduziu a uma concepção diferente do papel da escola: esta não se destinava a servir de agência de distribuição profissional ou de detecção do mérito intelectual, mas, sobretudo, de aparelho de doutrinação. Para o salazarismo não havia, aliás, qualquer razão para justificar as desigualdades económicas, que eram inevitáveis e instituídas por Deus...» (Mónica, 1978: 133).

Foi neste quadro sociopolítico que os idosos de hoje ingressaram outrora no grupo da população activa. Portugal era classificado como país subdesenvolvido, pois a agricultura, não desenvolvida, pouco influía no PNB.

O modelo de crescimento que Portugal adoptou entre 1950 e 1974 assentou na base ideológica de um fascismo, permitido pela aliança entre a grande burguesia industrial e a grande burguesia rural que absorveu sectores da média e pequena burguesia. O isolamento do país no quadro internacional permitiu no entanto a abertura da economia portuguesa a fluxos económicos transnacionais com a adesão de Portugal à EFTA na década de 60. A emergência de novas produções (siderurgia, refinação de petróleo, cimentos, pasta de papel, metalomecânica e reparação naval) e o surto de crescimento das exportações industriais levavam a crer que a estrutura tradicional da economia sofreria uma recomposição parcial favorável. No entanto, a exigência de técnicos e operários qualificados que o referido crescimento e expansão industrial impunham não se compadecia com a taxa de analfabetismo da população portuguesa, que em 1960 era de 33.1% e em 1970 de 25.6%. Isto explica a razão pela qual a taxa média de crescimento anual dos salários entre 1960-1965 foi de 5.6% em Portugal, enquanto que, no mesmo período, foi de 12.5% na Itália, 10.2% na Dinamarca, 9.7% na Holanda, 9.3% na Alemanha, 8.1% na Bélgica e de 7.5% em França (Pintado, 1967).

Também neste alinhamento, Sedas Nunes e David Miranda (1969) traçaram um perfil da estratificação social portuguesa e concluíram que «as classes superiores e as classes médias adicionadas, e incluindo a pequena burguesia, não chegam aparentemente a representar 20% do total, enquanto as classes trabalhadoras, quando consideradas em toda a sua extensão, recobrem seguramente cerca de 80%» (Nunes e Miranda, 1969). Lê-se ainda que a representação da população activa feminina é ínfima, com 0.5% nas camadas superior e média, e 0.3% na camada inferior baixa.

Na mesma década de 60, a maioria dos portugueses vivia em condições de pobreza manifesta pelos baixos níveis de rendimento e, logo, do respectivo poder de compra, de instrução e de conforto. Em 1991, a estrutura do emprego por sectores de actividade elucidava ainda quanto à ruralidade de boa parte da população portuguesa: a população activa distribuía-se pela agricultura com 11.6%, pela indústria com 33% e pelos serviços com 55.4%. Em 1992, o PIB por habitante em

Portugal representava 67% da média da União Europeia. Paralelamente, o aumento das taxas de desemprego (4.8% em 1991, 5.6% em 1993 e 6.8% em 1994) originou uma nova categoria de reformados. Os dispositivos legais «convidavam» as pessoas desempregadas, com idade igual ou superior a 50 anos, a adquirirem o estatuto de reformados. Estas pessoas viram assim diminuir, compulsivamente, os seus rendimentos.

O cenário da época em que os idosos de hoje viveram a vida activa leva-nos a concluir que a trajectória da maioria de entre eles os excluiu dos bons ou médios níveis de bem-estar social de qualidade, tanto mais que as suas vidas decorreram sob uma forma de dominação em que, tal como nos diz Boaventura S. Santos, «nas relações sociais da produção capitalista institucionalizou-se unilateralmente o consenso entre o capital e o trabalho, recorrendo para tal à repressão dos trabalhadores e à inculcação de uma ideologia concentracionária centrada na ideia de harmonia social e na submissão das classes trabalhadoras a interesses miticamente comuns. No domínio da reprodução social, institucionalizou-se a mediocridade (e não a mediania, como na Europa) da reprodução das famílias das classes trabalhadoras, transformando-a, por processos autoritários de inculcação simbólica, no ideal mítico de lar português» (Santos, 1992: 127).

Neste quadro de concepção funcionalista, os indivíduos adquiriram práticas de distanciamento perante o Estado, ausência de exercício de cidadania e um olhar atomizado para os seus interesses, desencadeando mecanismos de estagnação e aceitação das suas baixas condições de vida. A compreensão desta situação é reforçada pela leitura dos valores das pensões de reforma da actual população idosa portuguesa e respectivas carreiras contributivas. De facto, dados de 1995 divulgados pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social afirmam que «pensionistas de velhice e invalidez do Regime Geral apresentam uma carreira contributiva que, em média, ronda os 15 anos, enquanto os pensionistas do Regime Especial da Segurança Social das Actividades Agrícolas contribuíram para a Segurança Social durante um período médio inferior a 4 anos.» (MSSS, 1996: 47). Relativamente aos valores das pensões de reforma, verifica-se pela leitura do quadro I que, em 1995, 69,5% dos pensionistas por invalidez e velhice do Regime Geral auferem pensões inferiores a 30.000\$00; 18,9% recebem pensões entre 30.000\$00 a 50.000\$00; 8% situa-se no escalão de 50.001\$00 a 100.000\$00 e apenas 3,6% auferem pensões superiores a 100.000\$00 (MSSS, 1996).

QUADRO I

Pensionistas (%) de Velhice e Invalidez do Regime Geral por escalão de pensão (M.S.S.S., 1996)				
Escalão da Pensão	1992	1993	1994	1995
< 30.000\$	80,4	76,3	73,3	69,5
30,001\$ a 50,000\$	12,4	15	16,5	18,9
50,001\$ a 100,000\$	5,6	6,4	7,2	8
> 100,000\$	1,6	2,3	3	3,6
Total	100	100	100	100

Da leitura do quadro conclui-se que a relação entre escalão de pensão e percentagem (%) de pensões tem evoluído muito lentamente. O peso dos escalões de pensões com prestações entre 30.000\$-50.000\$ e 50.001\$-100.000\$ cresceu em 50% enquanto duplicou a percentagem de pensões superiores a 100.000\$00. Em resumo, cerca de 88,5% desta população vivia, nesta data, de rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional. Conforme dizíamos, esta situação ligada com os valores morais herdados do regime autoritário que dominou grande parte da vida dos actuais idosos, faz com que estes tendam a encarar os serviços a que têm direito como «benesse» do Estado e da sociedade civil organizada.

METODOLOGIA

No processo da pesquisa que realizámos tivemos em conta que os fenómenos humanos não podem ser explicados por propriedades universais, podendo apenas ser objecto de análise nos contextos socio-históricos e nas coordenadas de espaço e tempo em que se integram. Procurámos relativizar as questões e ultrapassar a conflitualidade que a prática do senso comum traduz. Esta conflitualidade advém da interpretação do senso comum sobre os factos sociais a partir de produções que os explicam «por características que pensa ligadas à natureza da humanidade ou de certos grupos dela, por factores (disposições psíquicas e comportamentos) individuais e em função dos valores dominantes na sociedade ou na classe a que pertencem os interpretadores» (Silva e Pinto, 1986: 32).

Uma outra operação presente na abordagem do nosso tema foi a de relação, pois a explicação dos factos sociais passa pela forma como os sistemas se relacionam entre si e se estabelecem associações entre factos sociais testáveis. De facto, os obstáculos mais difíceis de ultrapassar na produção de conhecimento sobre a realidade social são os dados «invisíveis», ou seja, os que «se encontram com frequência nas formas não elaboradas e inconscientes de etnocentrismo» (Silva e Pinto, 1986: 46).

Com este processo mais rigoroso e metódico, tentámos salvaguardar leituras do «texto social», onde «as relações e determinações das várias formas de poder são omitidas, minoradas ou deslocadas da sua justa e cêntrica posição estrutural» (Nunes, 1984: 87). Assim, delimitámos o objecto da nossa pesquisa considerando o contexto interaccional em que os idosos manifestam as suas relações de convivência, ou seja, o tipo de relações que caracterizam o estatuto de cada um dos elementos que se constitui nessa mesma relação.

É perante as medidas de política social específicas para este grupo de população, que apareceram em Portugal tardiamente, que se entende a razão de ser de pensões de reforma insuficientes para assegurar as necessidades básicas e também a razão de ser da oferta de equipamentos colectivos e de prestação de serviços que procuram servir de complemento a tal insuficiência.

Dado que a concessão de pensões de reforma e o acesso aos serviços requer, como condição de admissão a retirada do indivíduo da sua actividade profissional, a reforma origina a formação de um grupo que é afastado do mercado do trabalho e sujeito à respectiva desvalorização do seu estatuto social. Significa que a sociedade atribui aos reformados um papel «dependente» induzido pela situação objectiva de «inactividade», considerada em função da menor energia física que eles têm para o desempenho de tarefas, na cadeia do processo produtivo, a ritmos iguais aos dos jovens.

Como vimos, os rendimentos deste grupo social provêm de magras reformas estabelecidas pelas baixas qualificações destes idosos na vida activa. As restrições cerradas que orientaram a estrutura económica e política em Portugal até 1974 demitiu a população de qualquer capacidade de expressão, de acesso livre ao ensino vedando, deste modo, a mobilidade profissional e social dos actuais idosos.

Os trabalhos pesados e, por vezes, «sem horário» que sempre realizaram na vida activa, trouxeram-lhes problemas de doença que implicam despesas que não conseguem cobrir com as pensões que recebem. As fracas condições de vida em que a maioria da população idosa vive em Portugal induzem-nos a uma fraca mobilidade e a um consumo passivo de serviços que lhes são oferecidos sem alternativas de escolha ou de flexibilização.

Na medida em que a separação da categoria social «idosos» é artificial (enquanto baseada na idade de reforma), pode considerar-se que este tipo de consumo passivo de serviços não seja o único capaz de os interessar. Poderemos, por isso, colocar a *hipótese* seguinte: *A lógica ocupacional das medidas de política social dirigidas à integração social dos idosos não é a mais adequada do ponto de vista da sua integração social e do seu bem-estar.*

O *objectivo* da nossa pesquisa será, assim, o de recolher dados sobre as pessoas idosas na sua relação com os equipamentos colectivos e, de uma maneira geral, na sua forma de vida. Com tal recolha pretende-se apurar se os serviços que a elas especificamente se dirigem deverão ser menos providenciadores de soluções feitas e se deverá apelar-se mais para uma participação activa dos seus beneficiários (idosos) na produção e regras de gestão desses mesmos serviços e até para novas propostas na sociedade em geral.

INSTRUMENTOS

Optámos por um método de tipo qualitativo por o considerarmos mais adequado para a recolha de informação sobre o nosso objecto de pesquisa. Com efeito, as várias dimensões sociais que o objectivo da pesquisa encerra, relevantes do ponto de vista de compreensão do sentido que os idosos dão à acção no seu quotidiano – perceber as relações que cada idoso estabelece com os equipamentos colectivos e na sua forma de vida em geral em âmbitos familiares e outros, exteriores aos equipamentos – implicaram o uso de técnicas apropriadas à utilização de questões abertas na aproximação do investigador às pessoas, elementos da amostra.

Recorremos à técnica de entrevista com a finalidade de centrar as respostas no objecto do nosso estudo. Paralelamente, recorreremos também às técnicas empíricas de recolha e tratamento da informação social designadas por técnicas documentais, em que incluímos a consulta de estudos do contexto sociocultural das zonas onde efectuámos as entrevistas da amostra, legislação sobre a protecção social dirigida aos idosos, documentos oficiais com informação estatística e jornais.

O guião da entrevista parece estruturado em duas partes distintas. A primeira refere-se à caracterização dos elementos entrevistados que constituem a amostra e a segunda aborda as interacções que ocorrem nos seus quotidianos. Ambas as partes integram questões abertas, tendo em conta a análise intensiva que pretendíamos efectuar. Na segunda parte foram definidas cinco unidades de análise que nos permitiram obter informação sobre os modos de convivência diários e a forma como os idosos se relacionavam com os serviços e os equipamentos.

AMOSTRA

A amostra foi constituída por dois subgrupos, um de contexto rural e outro de contexto urbano. Para a construção de cada subgrupo tomámos como critérios de selecção das pessoas as seguintes condições: (i) serem mulheres e homens com mais de 60 anos de idade (decidimo-nos por uma relação desequilibrada em favor do sexo feminino, dada a maior percentagem de mulheres reformadas a nível nacional e local); (ii) serem reformadas/dos; (iii) não serem dependentes funcionais graves.

A amostra foi definida de forma puramente aleatória, em duas freguesias: Campelo, no concelho de Baião (espaço rural); e Massarelos, no concelho do Porto, (espaço urbano). Uma outra característica diferencia os dois subgrupos: a amostra urbana é constituída por pessoas que se relacionam com um serviço de tipo de centro de convívio e conhecem de perto outros equipamentos colectivos; a amostra rural é constituída por pessoas que não frequentam qualquer serviço desse tipo e que apenas conhecem de perto um lar de Terceira Idade.

Opção consciente, correspondeu ao nosso interesse em colher dados sobre essas duas realidades bem contrastadas, que nos possibilitaria uma percepção mais clara dos dois tipos de «convívios» existentes e da respectiva relação com a integração social e bem-estar dos idosos.

RESULTADOS

Os subgrupos são relativamente semelhantes no que respeita à comparação quanto ao sexo. A amostra rural é constituída por seis indivíduos, quatro mulheres e dois homens; a amostra urbana é composta por oito indivíduos, seis mulheres e dois homens. No que respeita ao estado civil, a amostra rural é constituída por quatro pessoas casadas (dois homens e duas mulheres) e duas mulheres viúvas, enquanto na amostra urbana a quase totalidade (seis de oito) são mulheres viúvas.

É notória uma diferença entre os dois subgrupos, quanto à instrução. Enquanto na amostra rural todos são analfabetos, com excepção de uma mulher viúva que fez a 4ª classe de adultos, na amostra urbana é o inverso: todos têm a 4ª classe de adultos e apenas uma mulher é analfabeta.

Quanto à origem, na amostra rural todos são oriundos da freguesia em que vivem, e na amostra urbana seis pessoas são de origem rural e apenas duas mulheres nasceram no Porto: uma na freguesia onde vive e outra numa freguesia vizinha.

Apesar de todas as pessoas dos dois subgrupos terem casa com electricidade e água canalizada, na amostra rural a situação habitacional aparece melhorada: com excepção de uma casa, todas têm quarto de banho. Na amostra urbana, três casas dispõem de retrete colectiva, apenas uma casa tem quarto de banho completo e as outras três têm retrete privada.

Na amostra rural todos têm quarto de dormir com janela e camas próprias. Na urbana, três mulheres viúvas dormem num quarto sem janela e uma delas partilha o quarto com a neta. Relativamente ao aquecimento no Inverno, é a lareira que cumpre essa função para a amostra rural, enquanto na urbana o aquecimento é fornecido por aquecedor eléctrico, mas, porque o rendimento da pensão de reforma não suporta o custo do respectivo consumo, raramente o usam.

Um aspecto comum encontrado nos dois subgrupos tem a ver com a idade de início da vida de trabalho. Todos começaram a trabalhar aos 10 anos de idade em fainas agrícolas, embora aos cinco anos já executassem tarefas de adultos. Só nos dois casos da amostra urbana em que nasceram na cidade é que os indivíduos exerceram outras ocupações, neste caso a partir dos sete anos de idade.

Na amostra rural, a agricultura foi a actividade de todos os elementos ao longo da vida. Duas mulheres, acumularam actividades como «criada de servir» e «ama de crianças». Na amostra urbana, as actividades ligaram-se a «profissões não qualificadas» (empregadas de fábrica, costureira de confecções, empregada de limpeza) que exigiam o diploma da 4ª classe. Apenas uma mulher viúva foi «criada de servir» e depois «mulher a dias», não carecendo para essa função qualquer instrução; aliás, é analfabeta.

A idade de reforma é sentida de maneira diferente pelos dois subgrupos. Na amostra rural, a idade é o factor de atribuição da pensão de reforma e não de corte com a actividade que sempre tiveram; na urbana, a idade da pensão de reforma coincide com a interrupção do trabalho e a conseqüente inactividade. Quatro mulheres viúvas do subgrupo urbano tiveram reformas antecipadas devido a doenças relacionadas com o exercício da profissão.

Quanto ao significado e valor das pensões, o subgrupo rural considera que a reforma é boa porque lhes permite trabalhar menos. Mas as mulheres viúvas manifestam ser insuficiente o valor da pensão, contestando a diferença que há entre as reformas dos que trabalharam a terra e a dos que trabalharam na cidade. No subgrupo urbano, a reforma acarretou diminuição dos rendimentos e provocou retracção a nível económico e social. As pensões são apontadas pelos idosos urbanos como injustas em relação aos anos de actividade realmente exercida.

As pessoas do subgrupo rural aparentam mais saúde que as do subgrupo urbano. Todas se mantêm ocupadas em actividades agrícolas para consumo próprio e de familiares. Recorrem à medicina tradicional (ou popular), mas usam também produtos da farmacologia. Os serviços de saúde pública são sentidos, por este subgrupo, como inoperantes: Respondem que «o médico não nos liga nada, diz que a dor que tenho na barriga são coisas de velha», «quando precisamos de médico especialista temos de ir ao Porto e o carro de aluguer é caro». No subgrupo urbano só um elemento masculino, casado, se mantêm em actividade numa instituição de solidariedade social. Aqui todos recorrem ao médico regularmente e consomem medicamentos que lhes absorvem 30% do valor da reforma, em média.

As pessoas do subgrupo rural apenas conhecem o lar de idosos como equipamento social, enquanto os do meio urbano têm conhecimento e informação directa de mais serviços, como o centro de convívio, o centro de dia e o apoio domiciliário.

O depoimento de que «o convívio não pode acabar senão a gente fica em casa, não vê ninguém e não faz nada... Fica-se parado à espera de quê?» sugere-nos que o idoso se coloca numa «dependência estruturada» à espera de serviços organizados por outrém e que ele consome passivamente. Entende-se esta atitude pelo fraco protagonismo tradicional na sociedade civil portuguesa, que se completa com a lógica de oferta de serviços com prescrição de normas por quem os gere. No subgrupo urbano, a capacidade de participação e de escolha parece emergir quando sugerem que o serviço de apoio domiciliário deveria estar organizado com actividades de animação para as pessoas funcionalmente dependentes.

A capacidade de resposta para este tipo de necessidade não parece estar contemplada na actual prestação do serviço. Diremos que o centro de convívio terá que rever o alcance da sua actuação. O idoso terá que se deslocar ao centro de convívio, mas este terá também de ir ao domicílio do idoso incapacitado. De outro modo, a pobreza de recursos coloca-os na situação de exclusão dos modos de vida dominantes.

Ambos os grupos manifestam a sua rejeição aos lares de idosos, referindo a falta de privacidade e o tratamento colectivo e impessoal das pessoas ali internadas. Enquanto no subgrupo rural aceitam o lar como solução para pessoas idosas dependentes e sem família, no subgrupo urbano rejeitam-na apresentando como alternativa o apoio domiciliário. Só no urbano encontramos determinação na preferência por centro de dia e centro de convívio por oferecerem serviços de refeições e organização de espaços de lazer. O subgrupo rural não tem opinião formada sobre este tipo de serviço porque não o conhece directamente.

Porém, ambos os grupos privilegiam o apoio domiciliário como serviço a expandir por toda a população que o solicite. Justificam-se dizendo que é o serviço que lhes permite continuar no meio ambiente familiar e manter uma relação afectiva com as pessoas e as coisas habituais.

Ambos os subgrupos mostram inquietação pelo futuro, temendo possíveis doenças que os impossibilitem de ter autonomia funcional.

Encontrámos nos dois subgrupos atitudes de solidariedade dos idosos para com a vizinhança e família. No subgrupo rural estas atitudes manifestam-se na ajuda entre vizinhos nas tarefas agrícolas e nas tarefas domésticas, das mais simples às mais trabalhosas. No subgrupo urbano, o apoio que os idosos prestam contempla filhos e netos, a quem fornecem refeições e acompanham nas deslocações à escola.

A condição de excluídos da vida activa gera a necessidade de os idosos se sentirem úteis, de serem reconhecidos por outras pessoas. A necessidade de auto-estima, de receberem e darem afecto, de participarem em alguma tarefa comum, pode encontrar uma forma de ser satisfeitas, em parte, em espaços de diálogo e em projectos de actividade de solidariedade com os outros (Renau i Manén, 1993: 45).

Esses avós, ao ocuparem-se dos netos nas ausências dos pais, contribuem para o amadurecimento humano dos mais novos, tendencialmente abertos à apropriação de valores apresentados de forma incoerente. A experiência e a sabedoria das coisas vividas, para além de uma serenidade de espírito frequente nos idosos, permite-lhes uma capacidade de diálogo que, por motivos culturais, morais ou outros, os pais dificilmente atingem.

Paralelamente, esse reencontro com os netos serve, de algum modo, para atenuar o vazio deixado pelas alterações provocadas pela entrada na situação de reforma. Os idosos perderam o contacto com as pessoas relacionadas com a sua vida activa, restringindo-se o seu convívio a familiares próximos, a vizinhos e amigos que frequentam os mesmos locais.

A ocupação dos tempos livres masculinos do subgrupo urbano reparte-se pelo café, o jardim público e, num caso, por trabalho na horta. As mulheres ocupam-se a fazer compras na mercearia e idas ao centro de convívio, onde conversam e participam em passeios e festas organizados por

este serviço. Ver televisão e passear ao domingo nos transportes colectivos, constitui outro aspecto da ocupação dos tempos de lazer comuns aos dois sexos deste subgrupo.

Para o subgrupo rural, só a tarde de domingo é considerada tempo de lazer. Ocupam-no com visitas a pessoas mais velhas e, no caso dos homens, em convívios com amigos na taberna e no adro da igreja. Os hábitos de convivência, neste subgrupo, mantêm as mesmas características que tinham antes da entrada na reforma.

CONCLUSÕES

É particularmente verificável que a lógica ocupacional das medidas de política social dirigidas à integração social dos idosos não é a mais adequada do ponto de vista da respectiva integração social e do seu bem-estar. O facto de o subgrupo urbano manifestar vontade de «fechar todos os lares que existem» e de o subgrupo rural indicar que «as pessoas antes de entrarem para o lar têm uma ideia e depois ficam com outra», porque «quando entram, entregam o dinheiro todo que têm e da reforma só vêm 4.000\$00 por mês», leva-nos a concluir que a organização funcional desta estrutura de apoio se alinha por uma lógica tutelar que ministra as regras de acordo com a sua racionalidade, recusando quaisquer acções que saiam do seu controlo racionalista-instrumental.

Podemos também concluir que as reais necessidades dos idosos não passam pelo seu internamento em instituições, que lhes ditam as modalidades de acção de forma explícita e minuciosa quanto aos tempos e formas de ocupação.

Por outro lado, ao colocá-los numa situação de vida conjunta com pessoas estranhas aos seus modos de vida, as instituições inibem-nos de uma acção livre sobre as decisões da sua vida privada, agravada pela condição de pobre a que é votado (apenas dispõe de 30% ou 20% de uma reforma que, para a maioria dos reformados da Segurança Social, ao todo, se situa abaixo do salário mínimo nacional). A capacidade de autonomia, enquanto valor e direito de cidadania, é aqui ignorada através do tratamento igualitário a que se sujeitam.

Quanto às outras medidas de política social (centros de dia, centro de convívio e apoio domiciliário) focadas neste estudo, verificou-se uma preferência para o serviço de apoio domiciliário enquanto estrutura que substitui e ajuda os idosos nas tarefas quotidianas. O subgrupo urbano reforça esta preferência, acrescentando que o serviço deveria ser alargado a toda a população idosa por ser o que lhes permite continuar a relação afectiva com objectos e pessoas que ao longo da vida foram construindo e acumulando. A conquista desta relação afectiva foi longa e penosa se tivermos em conta que os percursos de vida da maioria das pessoas idosas de hoje estiveram, desde os sete anos de idade, ligados ao trabalho, encarado naquela época como única fonte de rendimento para o agregado familiar.

Quanto aos centros de convívio, verificou-se que só o subgrupo urbano manifestou concordância com tal serviço. A regularidade encontrada na frequência dos centros de convívio foi a de ritmos diários, indutores de uma prática passiva de contactos rotineiros e lanches em grupo. Verificou-se não estarem contempladas actividades organizadas para o exercício físico e mental do idoso no sentido de uma prevenção e manutenção da saúde.

A rotina diária sem objectivos nem estímulos exteriores e sem perspectivas de alteração é, por si só, esmagadora do ser humano. Ela é responsável por muitas situações depressivas que levam a pessoa idosa a «despegar-se da vida». A resolução deste problema através da prescrição de medicamentos sugere-nos um tratamento meramente paliativo que não favorece contextos de comunicação, argumentação e diálogo em espaços diversificados de convivência.

Este enunciado reflecte o sentir das pessoas idosas traduzido em três palavras-chave: *Autonomia, Afectividade e Convivência*. De facto, um outro eixo de análise na nossa pesquisa dá-nos conta que os resultados mostram claramente a importante correlação entre o grupo familiar e a pessoa idosa, à margem dos serviços de apoio a eles destinados.

Vimos que, em espaço rural, a relação familiar se processa com algum distanciamento físico, mas vinculada a laços afectivos. Os idosos afirmam que compete aos filhos tratarem dos pais quando estes já não podem trabalhar. As pessoas idosas têm actividades agrícolas cuja produção se destina ao consumo próprio e ao consumo dos filhos. Algumas pessoas prestam serviços à comunidade e participam em associações locais.

Em espaço urbano deparam-se-nos avós que convivem com (e apoiam) os netos. São essas pessoas que reclamam autonomia que as pensões de reforma e os gastos em medicamentos não lhes permite.

Em nosso entender, a implementação de políticas sociais na sociedade portuguesa actual atribuiu um novo estatuto às pessoas idosas que apesar de tudo não contempla as especificidades do seu quotidiano, que vemos assente em redes de solidariedades familiares. A moderna sociedade industrial não afectou deveras as redes de sociabilidade típicas, que continuam presentes nas duas comunidades, a rural e a urbana. Ali, a vitalidade da Sociedade-Providência manifesta-se nas tarefas desempenhadas pelos idosos, que produzem bem-estar social. O nosso estudo mostra, portanto, que a integração social dos idosos se faz pela via informal (Sociedade Providência), e pela via formal (equipamentos colectivos).

Mostramos que só a via formal tem visibilidade, embora careça de dinâmicas conducentes à realização pessoal do idoso, realização que pode traduzir-se na formação de grupos de actividades que sirvam para exercitar as suas capacidades intelectuais e físicas, despertando-os para o importante contributo que podem ter na reorganização social e familiar actual.

Podemos concluir sobre a pertinência de uma articulação entre os serviços que os idosos prestam e os serviços de que eles podem usufruir. As medidas de política social terão de se orientar por normas flexíveis, no sentido de permitirem uma heterogeneidade de comportamentos, contrariando deste modo o viver quotidiano dos idosos, regulado e pautado por normas rígidas e rotineiras e tão homogeneizante que se torna bastante esmagador de cada *Eu*.

As novas configurações dos actuais grupos familiares (famílias monoparentais, nucleares e outras situações) não significam cortes de relação entre gerações. Podemos afirmar que a maioria das pessoas idosas de hoje são o equilíbrio de muitos grupos familiares, apesar de não partilharem do mesmo espaço físico.

Os avós «activos» asseguram uma parte da capacidade de trabalho desenvolvida pela população activa na medida em que se responsabilizam pela guarda de crianças nos intervalos dos horários do

calendário lectivo e do calendário laboral. Diríamos que esta função social da pessoa idosa está ainda por estudar em toda a sua extensão, merecendo uma atenção especial na condução das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S. & Morais, M. F. (1992). Inteligência e desempenho cognitivo: interdependência e estratégias de promoção. *Cadernos CIDINE*. Aveiro, 3: 23-34.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo Academicus*. Paris: Minuit.
- Canôas, C. S. (1983). *A Condição Humana do Velho*. São Paulo: Cortez Editora.
- Guillemard, A.-M. (1988). Etat et Politique Sociale. Le cas de la Politique Française de la Veillesse. *Les Cahiers de la Recherche sur le Travail Social*, 15, 115-136.
- Karsz, S. (1988). Deconstruire la Veillesse. *Les Chaiers de la Recherche sur le Travail Social*, 15, 33-45.
- Lenoir, R. (1989). Object sociologique et problème social. In *Initiation à la Pratique Sociologique*, pp 53-100. Paris: Bordas.
- Ministério do Emprego e Segurança Social (1984). Lisboa.
- Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1996). *Segurança Social: Evolução Recente 1992 a 1995*. Lisboa.
- Mónica, F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Ed. Presença.
- Navarro-Montes, J. M. (1994). *models i teories del procèss d'envelliment humà*. Barcelona: PPU.
- Nunes, A. S. (1984). *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Presença.
- Nunes, A. S. & Miranda, J. D. (1969). A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações. *Análise Social*, 27-28, 333-381.
- Pintado, X. (1967). Níveis e estruturas de salários comparados: os salários portugueses e os europeus. *Análise Social*, 17, 55-89.
- Santos, B. S. (1992). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Renau, M. D. & Manén (1993). el diàlogo de la diferencia. In *solidaridad intergeracional*, pp 43-46. Barcelona: Fundación La Caixa.
- Silva, A. S. & Pinto, J. M. (org.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Vala, J. (1986). Sobre as Representações Sociais - Para uma Epistemologia do Senso Comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 5-30.